

# A PRIMAZIA DAS FORÇAS PRODUTIVAS SEGUNDO G.A. COHEN

**Wagner Constantino**

Universidade de São Paulo- USP

São Paulo- SP- Brasil

w.constantino@usp.br

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo compreender as argumentações do filósofo Gerald A. Cohen a respeito da primazia das forças produtivas no desenvolvimento do sistema capitalista, expostas no seu livro “Karl Marx Theory of History- A defense”, de 1978. A partir do prefácio de Para a Crítica da Economia Política, de Karl Marx, escrito em 1958, Cohen concebe várias derivações, elaboradas a fim de mostrar a supremacia das forças produtivas diante das relações de produção. Além deste resumo, este trabalho é composto pela introdução, seguido pela análise dos argumentos do autor e concluído com nossas considerações finais.

**Palavras-chave: Forças Produtivas; Relações de Produção; Produção Capitalista.**

## 1- INTRODUÇÃO

Gerald A. Cohen procura em seu livro Karl Marx's Theory of History - A Defence, (que chamaremos neste trabalho de KMTH para fazer coro com os debatedores do tema) explicar o desenvolvimento da história, como resultado da primazia das forças produtivas sobre as relações de produção, seguindo as ideias Karl Marx. A visão determinista tecnológica é assumida por Cohen, que no início de seu livro deixou claro que “nós iremos propor o que é chamado “interpretação tecnológica do materialismo histórico” (COHEN, 1978, 29). O trabalho de Cohen é uma postulação de “que, para Marx a história é, fundamentalmente, o crescimento do poder produtivo humano e que formas de sociedade surgem e desaparecem conforme possibilitem e promovam ou inibam e dificultem esse crescimento.” (COHEN, 2010, 63).

O livro de Cohen, segundo Miller (2010), surgiu em um momento em que os pensadores anglo-americanos estavam propensos a relegar as teorias marxistas à um plano de menor importância no meio acadêmico, inclusive reduzindo-as à relíquias históricas. As novas interpretações de Cohen, em defesa da teoria do desenvolvimento da história feita por Marx, reacendeu o debate marxista e lançou novas possibilidades para sua interpretação. O que Cohen desenvolve em sua obra é uma interpretação de que o próprio Marx compreendeu o desenvolvimento das sociedades como resultados do determinismo tecnológico. “Entre os filósofos que interpretaram Marx, Cohen é praticamente o único a defender uma versão do determinismo tecnológico moderada, mas digna desse nome, bem como clara o bastante para merecer o debate.” (MILLER, 2010, 86).

Entretanto a boa aceitação do Livro de Cohen não é unânime e muitas críticas foram tecidas à ele. Aldrighi (1992) vê no trabalho de Cohen um “[...] corte anacrônico de suas interpretações sobre o pensamento de Marx. reformulando os escritos desse autor de modo a se afinarem com um diapasão metodológico que lhes é estranho [...]” (ALDRIGHI, 1992, 189). O mesmo autor ainda culpa Cohen por desfigurar as ideias de Marx, no afã em prover rigor, fundamentação e coerência ao seu pensamento.

Miller (2010, 88), também tece críticas à obra de Cohen, o qual considera que “[...] em dois aspectos importantes, a exposição da sua interpretação é, tal como se coloca, insatisfatória, seja por ser confusa, seja por violar as instruções explícitas de Marx.” E que “a interpretação de Cohen é extremamente controversa quando é claramente tecnológico-determinista.” MILLER, 2010, 90).

Mesmo Cohen, com uma humildade rara em muitos meios, assume que:

Encontrei uma boa dose de ambiguidade em afirmações tradicionais do materialismo histórico, e boa parte de KMTH é um exercício de resolução dessa ambiguidade. No entanto, tomei consciência, em parte em virtude da grande quantidade de críticas perspicazes que recebi, que o livro contém mais ambiguidades do que aquelas que dissipa. (COHEN, 2010, 76)

Como este trabalho tem como objetivo compreender as argumentações de Cohen a respeito da primazia das forças produtivas, concentra-se principalmente nas passagens que Cohen concebe os principais fundamentos de sua Tese da Primazia e da tese do Desenvolvimento. Assim, a discussão do materialismo histórico não será abordada com profundidade, mas só quando se fizer necessária para a melhor compreensão das tópicos desenvolvidos, ainda mais por que discutir o materialismo histórico a partir da compreensão de Cohen pode ser precipitado, visto que, como afirma Cohen, “nos cinco anos que se passaram desde que KMTH foi submetido à editora, passei a pensar mais criticamente a respeito do materialismo histórico. Não o rejeitei, mas venho tendo dúvidas sobre ele (COHEN, 2010, 75).

A fim de tornar a leitura mais fluida e sem interrupções para interpretações do original na língua inglesa, as citações da obra de Cohen foram por nós traduzidas e os textos originais de algumas delas foram colocadas como nota de rodapé

## **2- A SUPREMACIA DAS FORÇAS PRODUTIVAS**

O livro KMTH é iniciado com uma longa citação extraída do prefácio de Para a Crítica da Economia Política, de 1859 (que a partir deste ponto chamaremos apenas de Prefácio de 1859), da qual Cohen deriva sua tese da Supremacia das Forças Produtivas e a Tese do Desenvolvimento. A partir do excerto abaixo o autor desenvolve uma longa e exaustiva interpretação que fundamenta a explicação do que são e qual o papel das forças produtivas.

Na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento de suas forças produtivas. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política...(MARX, 1982, 25)

O ponto de partida de Cohen é definir forças produtivas, para então diferenciá-las das relações de produção. O autor começa pela segunda. Segundo o Prefácio de 1859, a estrutura econômica, ou a base real da superestrutura, é composta de relações de produção, e não há mais dicas há respeito de sua composição. Desse modo, Cohen assume que as relações de produção sozinhas constituem a estrutura econômica de uma sociedade, de modo que as forças produtivas não são parte da mesma.

As forças produtivas poderiam ser parte das relações de produção somente como um subconjunto das últimas, porém Cohen desmonta esta sugestão a partir de 3 argumentos. O primeiro trata de que força de produção não é uma relação, mas sim uma propriedade do objeto. Segundo que relações de produção correspondem às forças produtivas em determinada etapa do desenvolvimento, de modo que uma não pode estar incluída na outra. Terceiro que, em outros textos, Marx diz que as relações são de caráter econômico enquanto as forças produtivas não o são. Assim, as forças produtivas não podem ser um tipo de relação de produção; somente as relações de produção constituem a estrutura econômica.

Há uma enorme confusão a este respeito que, segundo Cohen, parte da interpretação errônea que alguns autores fazem da passagem citada do Prefácio de 1859. Muitos interpretam que a base sobre a qual a superestrutura jurídica e política está assentada compõe um único corpo e, por isso são a mesma coisa. A fundação de uma casa é base da casa e faz parte da casa, mas a base de uma estátua não é parte da estátua, apenas serve como seu suporte. Assim, as forças produtivas fortemente determinam o caráter da estrutura econômica, mas não fazem parte dela, adverte Cohen.

As relações de produção são formadas e caracterizadas pelos termos que a compõem. As relações de produção ligam as pessoas e as forças produtivas. “[...] Todas as relações de produção são compostas ou entre pessoas (ou grupos de pessoas) e outras pessoas (ou grupos de pessoas, ou entre pessoas (ou grupo de pessoas) e forças produtivas (ou grupo de forças produtivas) [...]” (COHEM, 1978, 31).

As forças produtivas, tradicionalmente reconhecidas são formadas pelos meios de produção que se dividem em: (A) instrumentos de produção e (B) matéria-prima e pela (C) força de trabalho (ou as faculdades produtivas dos agentes de produção: força, habilidade, conhecimento, inventividade, etc.). Em sentido amplo, as forças produtivas são usadas para fazer produtos. (A) se refere no que se trabalha, (B) se refere com o que se trabalha e (C) o que os habilita trabalhar com A e B. Neste sentido, adverte o autor, é fundamental a preocupação de não incluir no rol de forças produtivas o que não o são verdadeiramente. Se a legislação apropriada à produção<sup>1</sup>, assim como o comportamento moral ou o governo podem promover a produção, eles não podem ser arrolados como força produtiva, pois eles não são de fato usados para a produção. São agentes motivadores, mas não participam da produção. As relações que facilitam a produção não são forças produtivas, pois, se isso não fosse verdade, a religião dos escravos poderia ser considerada força produtiva já que compensava a miséria deles e os fazia mais disposto ao trabalho. Assim como os soldados que protegem os camponeses no seu trabalho contribuem para a produção mas não produzem nada. Só o que contribui materialmente dentro e para a atividade produtiva conta como força produtiva.

Para Cohen, as forças produtivas, para serem classificadas como tal, precisam atender as seguintes exigências:

- 1- Uma força produtiva deve ser uma propriedade e isto define a posição do possuidor das forças produtiva na estrutura econômica;
- 2- As forças produtivas precisam se desenvolver ao longo da história;
- 3- As forças produtivas devem explicar a estrutura econômica da sociedade; e
- 4- As forças produtivas podem ser obstruídas pelas relações de produção.

Também as relações de produção precisam ser tomadas com atenção para não incluir nelas relações não produtivas. “Relações de produção são quaisquer relações que envolvem a propriedade das forças produtivas ou as relações que pressupõem essas relações de propriedade” (COHEN, 1978, 34-35). Por propriedade deve-se entender não o relacionamento embasado na legalidade, mas um de efetivo controle, já que o controle que o operário tem sobre sua força produtiva não é uma relação que envolve legalidade. Assim, “desde que as relações de produção constituem a estrutura econômica da sociedade, esta estrutura é determinada pela distribuição do (efetivo) direito de propriedade sobre pessoas e forças produtivas”. (COHEN, 1978, 35). Quando o capitalista contrata o operário, ela passa a ter o controle sobre a força produtiva deste e soma este controle ao que já tinha sobre os outros meios de produção. Escravo e operário, assim como o senhor de escravos e o capitalista, desempenham papéis nas relações nas quais estão envolvidos, de modo que a estrutura social não pode ser vista apenas como um conjunto de relações, mas também como um conjunto de papéis. Como escreveu Marx “a sociedade não consiste de indivíduos; ela expressa a soma de conexões e relacionamentos nas quais estes indivíduos estão.” (MARX 1973, apud COHEN, 1978, 37)

---

<sup>1</sup> A partir deste ponto ao fim do parágrafo os exemplos são extraídos, pelo autor, das conjecturas feitas de H. B. Acton e de Verno Venable e Nassau Senior

As relações de produção são relações de poder econômico sobre a força de trabalho e os meios de produção, de cujo privilégio alguns gozam, enquanto os demais carecem. Em uma sociedade capitalista, as relações de produção incluem o poder econômico que os capitalistas detêm sobre os meios de produção, o poder econômico que os trabalhadores (ao contrário dos escravos) possuem sobre sua própria força de trabalho e a ausência de poder econômico dos trabalhadores sobre os meios de produção. Os produtores imediatos podem não possuir poder econômico, possuir algum poder econômico ou possuir total poder econômico sobre a sua própria força de trabalho e sobre os meios de produção que utilizam. [...]. (COHEN, 2010, 65)

O quadro abaixo demonstra as relações de propriedade (ou poder econômico) na sociedade

**Quadro 1- Distribuição do poder econômico segundo a posição do indivíduo nas relações de produção.**

	Quantidade de poder econômico sobre	
	Sua força de trabalho	Os meios de produção empregados
Escravo	Nenhum	Nenhum
Servo	Algum	Algum
Proletário	Total	Nenhum
Independente	Total	Total

Fonte: Cohen, 2010, 66

Às forças produtivas tradicionais aceitas, Cohen soma ainda outras. Para o autor a força de trabalho é uma força produtiva, mas deve-se entender que a força produtiva, neste caso, são as habilidades do trabalho e não o trabalhador. Também Cohen junta ao rol a ciência, já que o conhecimento científico aplicado à produção está diretamente envolvido na ação produtiva, assim como os instrumentos materiais utilizados na produção e as instalações que abrigam a produção.

Cohen tipifica também os espaços como força produtiva, considerando um volume de espaço, abstraindo tudo o que ele contém, pois mesmo vazio o espaço pode ser considerado força produtiva e sua posse confere uma posição na estrutura produtiva. Mesmo o controle de um espaço sem conteúdo pode gerar poder econômico porque ele pode ser preenchido com alguma coisa produtiva ou porque o espaço precisa ser atravessado ou percorrido pelos produtores. A produtividade de um espaço pode estar associada à sua forma e à sua localização. Se o espaço pode ser mais ou menos útil, isto conta como usado. Conforme o conteúdo do espaço se transforma, melhora a produção que nele ocorre, e ele então se desenvolve como outra força produtiva qualquer. Mas o espaço não é matéria-prima nem instrumento de produção, por isso recebeu de Cohen uma menção em separada.

Também os meios de subsistência são considerados pelo autor como força produtiva, pois contribuem para a manutenção da saúde e das condições físicas do trabalhador, por isso estão diretamente envolvidas no processo produtivo, visto que permitem melhorias na produção, apesar de que Marx ter negado que comida pertence aos meios de produção. Se óleo e graxa que mantém a máquina trabalhando são meios de produção, o café e o almoço do trabalhador ocupam esta mesma função, já que mantém o trabalhador em condições adequadas para seu trabalho.

As forças produtivas, trabalhando em ótima combinação, dão o poder produtivo da sociedade. “[...] O desenvolvimento das forças produtivas é o crescimento desse poder. Daí o padrão do nível de desenvolvimento das forças produtivas é o seu grau de produtividade [...]”.

(COHEN 1978, 55). O progresso da produtividade dos meios de produção pode ocorrer pela substituição de dados meios por outros superiores e também pelo aperfeiçoamento dos meios de produção já existentes. As forças produtivas já desenvolvidas, para terem seu aproveitamento máximo ou seu uso ótimo, precisam de uma correspondência das relações de produção. Não importa a quantidade de trabalho gasto na produção, mas sim o quanto de trabalho deveria ser gasto para fazer determinado produto. Quando as relações de produção impedem o uso ótimo das forças produtivas já desenvolvidas, estas relações aprisionam as forças produtivas, inibindo seu uso ótimo. Desta maneira o conceito de produtividade adotado por Cohen “é o máximo que a produtividade poderia auferir com os meios e conhecimentos existentes, abstraindo-se os impedimentos sociais”<sup>2</sup> (COHEN 1978, 56). O nível das forças produtivas explica a natureza da estrutura econômica co-presente com elas.

A partir do corpo explicativo até aqui exposto o autor procura sedimentar sua concepção de que as forças produtivas têm supremacia ante as relações de produção (ou estrutura econômica). Segundo Cohen, a tese da supremacia das forças produtivas é distinta daquela de que as mesmas são primárias. A tese da primacia é de que “a natureza do conjunto das relações de produção é explicada pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas abrangidos por ela” (134)<sup>3</sup>. A tese da primacia, por sua vez, está associada com uma segunda tese, que o autor chama de Tese do Desenvolvimento, que afirma que “as forças produtivas tendem a se desenvolver ao longo da história” (134)

A tese da primacia implica que mudanças nas forças produtivas acarretam mudanças nas relações de produção, entretanto, não é possível afirmar quanto o poder produtivo deve crescer para causar uma mudança nas relações de produção, mas, infere o autor que “para qualquer conjunto de relações de produção, há um grau de desenvolvimento das forças produtivas que abraçam o que é suficiente para uma mudança nessas relações, e em virtude de que o desenvolvimento tende a ocorrer.” (COHEN, 1987, 135.)

O autor encontra em seis sentenças que Marx escreveu no Prefácio de 1859 os argumentos que o fazem acreditar que as forças produtivas têm primazia. São elas<sup>4</sup>:

1. ... relações de produção...correspondem à uma etapa determinada de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais.
2. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes... com as relações de propriedade dentro das quais aquelas se tinham movido.
3. De formas de desenvolvimento das forças produtivas estas relações se transformam em seus grilhões.
4. Sobrevém então uma época de revolução social. Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez.
5. Uma formação social nunca perece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela é suficientemente desenvolvida.
6. . . . Novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o lugar, antes que suas condições materiais de existências tenham sido geradas no seio mesmo da velha sociedade.

Interpreta o autor que Marx, ao escrever que as relações de produção *correspondem* às forças produtivas, quis dizer que as primeiras são apropriadas pela última, de modo que as relações de produção assume sua forma porque são apropriadas para o desenvolvimento produtivo. Ainda, a relação significada por “corresponde” é unidirecional ao invés de assimétrica, pois Marx jamais escreveu o inverso, ou seja, que as forças produtivas correspondem às relações de produção.

---

<sup>2</sup> “Productivity in our sense is the maximum to which productivity in that sense could be raised, with existing means and knowledge, and in abstraction from social constraints.”

<sup>3</sup> The primacy thesis is that the nature of a set of production relations is explained by the level of development of the productive forces embraced by it.

<sup>4</sup> Os trechos foram extraídos de: Marx, K. Para a crítica da economia Política; salário, preços e lucro; O rendimento e suas fontes. São Paulo, Abril Cultural, 1982 ( Os economistas)

Ainda, as sentenças 2, 3 e 4 mostram que a tensão entre as forças produtivas e as relações de produção é resolvida em favor das primeiras, por que as relações de produção devem corresponder às forças produtivas. Assim, fica evidente que a correspondência não é bidirecional, mas sim unidirecional. Contra o argumento de que existe influência na direção oposta, ou seja, de que as forças produtivas sejam influenciadas pelas relações de produção, o autor lança mão do fato de que Marx em nenhuma outra passagem afirmou que todas as mudanças nas relações de produção são respostas ao movimento das forças produtivas. Além de que a fonte de mudanças nas forças produtivas, pelo menos em alguns casos, está localizada nas relações de produção.

O autor compreende que a sentença 5 possibilita entender que a formação social permite o desenvolvimento produtivo conforme suas relações de produção. Se entendermos que a frase “todas as forças produtivas” se refere ao máximo nível de produtividade compatível com a estrutura, então, como a sentença 5 diz, uma estrutura econômica perece apenas quando sua produtividade potencial foi alcançada. Entretanto, o erro de lançar a sentença 5 em um truísmo ou tornar sua reivindicação maior do que realmente é, pode ser perigoso para sua compreensão. Alguns argumentos esclarecem isto. O autor chama a atenção de que a sentença 5 não afirma que se uma estrutura econômica é substituída por outra superior. A sentença 5 permite regressão- “uma estrutura econômica que tenha alcançado seu ápice sendo substituída por uma outra inferior”. (COHEN, 1978, 140). Também a sentença 5 não implica em seu inverso, isto é, “se todas as forças produtivas tiver se desenvolvido ao máximo, a estrutura econômica perece” (COHEN, 1978, 140). Uma sociedade que alcançou seu máximo pode permanecer presa à sua forma econômica sem necessariamente ser modificada, o que o autor chama de fossilização.<sup>5</sup>

A partir da sentença 6, o autor conjectura que o seu inverso também não é possível. Seu inverso seria: “se forças produtivas suficientes para uma nova e superior estrutura econômica tem se desenvolvido, esta última emerge.” (COHEN, 1978, 141). O completo sentido das sentenças 5 e 6 é explorado em combinação com as sentenças 2, 3 e 4, de modo a extrair dela importantes teses que elas não implicam diretamente. Na sentença 2, a etapa referida, momento em que as relações de produção começam a inibir as forças produtivas informadas na sentença 4, é seguida por uma revolução, que ocorre quando as forças produtivas tenham alcançado seu nível máximo na velha estrutura econômica, como apontado na sentença 5, excluída aqui a fossilização da forma econômica completamente desenvolvida e, se supormos que a revolução instala uma estrutura econômica mais elevada, descarta-se a regressão também.

Cohen encontra no Prefácio de 1859 a maioria das evidências de que o desenvolvimento das forças produtivas avançam sistematicamente, e as relações de produção conciliam com este desenvolvimento. (COHEN, 1978, 142). Sua busca por mais evidências, entretanto, não ficam limitadas ao prefácio de 1859.

Na Ideologia Alemã, de 1846, Marx, segundo Cohen, utiliza-se da palavra *Verkehrsform*, que usualmente foi traduzida modo de comércio ou modo de relações, e que mais tarde foi melhor definida como relações de produção. Também na Ideologia Alemã Marx afirma que a multidão de forças produtivas acessíveis ao homem determina a natureza da sociedade, o que está em diacrônica dependência com as sentenças 2 à 4 do prefácio. O autor recorre à seguinte citação de Marx, encontrada na Ideologia Alemã, para incrementar sua alegação:

...No lugar da forma anterior de relações, que tem se tornado os grilhões, uma nova é colocada, correspondendo à forças produtivas mais desenvolvidas e, daí, para o modo mais avançado de auto atividade dos indivíduos- uma forma que por sua vez torna-se os grilhões é então substituído por outro. (MARX, 1846, apud COHEN, 143).

---

<sup>5</sup> O autor pressupõe que Marx talvez tenha atribuído a fossilização à civilização indiana.

Na Ideologia Alemã já aparecia a afirmação de que a forma adotada pela comunidade deve corresponder à etapa de desenvolvimento das forças produtivas ou que as mudanças na sociedade devem estar em conformidade com as forças produtivas.

Também na Miséria da Filosofia, de 1847, Cohen encontra passagens que sustentam sua tese, como a afirmação de Marx que “as relações nas quais as forças são desenvolvidas... correspondem ao definitivo desenvolvimento do homem e de suas forças produtivas” (MARX, 1847, 137, apud COHEN, 1987, 143). O autor chama a atenção, ainda, que a passagem na qual Marx afirma que “a mudança nas forças produtivas do homem necessariamente acarreta mudanças em suas relações de produção” (MARX, 1847, 137, apud COHEN, 1987, 143), é uma inequívoca prova de que “correspondem” tem o sentido unidirecional. A ideia de Marx a este respeito culmina com a seguinte passagem:

Relações sociais estão estreitamente ligadas às forças produtivas. Alcançando novas forças produtivas o homem muda seu modo de produção; e mudando seu modo de produção, mudando seu meio de ganhar a vida, ele muda todas as suas relações sociais. O moinho manual dá-lhe a sociedade com o senhor feudal; o moinho a vapor dá-lhe a sociedade com o capitalista industrial. (MARX, 1847, 122 apud COHEN, 1987, 143, 144 ).

Segundo Cohen, também há na carta que Marx escreveu à Annenkov, em 1846, clara menção da supremacia das forças produtivas. Eis a passagem selecionada por Cohen:

... a história social dos homens é nada menos que a história do seu desenvolvimento individual, sendo eles conscientes disso ou não. Suas relações materiais são as bases de todas as suas relações. Com a aquisição de novas instalações produtivas, o homem muda seu modo de produção, e com o modo de produção todas as relações econômicas, que são meramente as relações adequadas a particular modo de produção (MARX, 1846, 31, apud COHEN, 1987, 144)<sup>6</sup>

Adiante, na mesma carta, Marx afirma que “...como o homem desenvolve suas forças produtivas, isto é, como ele vive, ele desenvolve certas relações com outros e... a natureza dessas relações é obrigada a mudar com a mudança e o crescimento dessas forças produtivas” (MARX, 1846, 34, apud . COHEN, 1987, 143, 144)

No manifesto Comunista, de 1848, Cohen reconhece a seguinte passagem como argumento sólido para sua tese:

...a organização feudal de agricultura e manufatura, em um apalavra, as relações feudais de propriedade torna-se não mais compatíveis com as forças produtivas já desenvolvidas; elas tornam-se então tantos grilhões. Eles tiveram que ser arrebatados; eles foram despedaçados. (MARX, 1848, 24, apud COHEN 1987, 145).

Mais adiante escreve Marx no mesmo texto que “As forças produtivas de que dispõe não mais favorecem o desenvolvimento das relações de propriedade burguesa, pelo contrário, tornaram-

---

<sup>6</sup> ...the social history of men is never anything but the history of their individual development, whether they are conscious of it or not. Their material relations are the basis of all their relations, With the acquisition of new productive facilities, men change their mode of production, and with the mode of production all the economic relations, which are merely the relations appropriate to a particular mode of production.

se demasiado poderosas para essas relações pelas quais elas são acorrentadas” (MARX, 1848, 39-40, apud COHEN 1987, 145) e, mais adiante: “A burguesia não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção, e, assim, as relações de produção e de todas as relações sociais.”(MARX, 1848, 60, apud COHEN, 1987, 145).

Na obra de Marx Trabalho Assalariado e Capital, de 1849, há a seguinte analogia entre a determinação das relações de produção pelas forças produtivas e as determinações das relações militares pelas forças destrutivas:

Essas relações sociais em que os produtores entram com o outro, as condições em que eles trocam suas atividades e participam de todo o ato de produção, irá naturalmente variar de acordo com o caráter dos meios de produção. Com a invenção de um novo instrumento de guerra, armas de fogo, toda a organização interna do exército, necessariamente, mudou, as relações em que os indivíduos podem constituir um exército e agir como um exército foram transformados e as relações de diferentes exércitos entre si também mudou. Assim, as relações sociais em que os indivíduos produzem, as relações sociais de produção, mudam, são transformadas com a mudança e o desenvolvimento dos meios materiais de produção, as forças produtivas. (MARX, 1849, 89-90 apud COHEN 1987, 145-146)

Dos Grundrisse, (MARX 1973 apud Cohen, 1987, 146) Cohen recolhe as seguintes passagens:

Em última instância a comunidade e a propriedade que repousa sobre ela pode ser reduzida a um estágio específico no desenvolvimento das forças de produção dos sujeitos trabalhadoras.

Além de um certo ponto, o desenvolvimento das forças produtivas torna-se um obstáculo para o capital – e a relação capitalista em si torna-se um obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas do trabalho....

. . a relação direta dos proprietários das condições de produção com os produtores diretos. . . sempre naturalmente [corresponde] a um estágio definido nos métodos de trabalho e, assim, sua produtividade social

E d’O Capital (MARX, 1962 apud Cohen, 1987, 146)

Tecnologia revela o modo do homem de lidar com a natureza... o processo de produção pelo qual ele sustenta a sua vida, e, assim, também põe a nu o modo de formação de suas relações sociais...

...o desenvolvimento histórico dos antagonismos, imanente em uma determinada forma de produção, é a única maneira em que essa forma de produção pode ser dissolvida e uma nova forma estabelecida

Das teorias da mais valia (MARX, 1972 apud Cohen, 1987, 146)

...as relações (econômicas) e, conseqüentemente, o desenvolvimento social, moral e estado político de nações alterações com a mudança nos poderes materiais de produção. . .

Tais afirmações podem, se não forem tomadas com cuidado, conduzir à uma errônea interpretação que estigmatiza a Tese da Supremacia das forças produtivas como determinismo tecnológico. Contra este argumento, Cohen recorre à relação entre o desenvolvimento das forças produtivas e o crescimento das faculdades humanas. Sendo o desenvolvimento das forças produtivas, centralmente, o enriquecimento da força de trabalho humano “a ênfase na tecnologia perde sua aparência desumanizante” (COHEN, 147). Também Cohen lança por terra o argumento de que as forças produtivas podem dominar o homem, usando o exemplo de que a escravidão não advém das forças produtivas, mas sim das relações de produção. Uma vez que estas relações de produção impedem o desenvolvimento material da sociedade, a escravidão torna-se grilhões. Assim “as forças produtivas não escravizam o homem porque o homem não pode escravizar suas próprias capacidades” (COHEN, 147-148).

Cohen também refuta a ideia de que a luta de classes é o motor da história. Concorda com Marx quando este dá a explicação imediata de que as maiores transformações sociais são frequentemente encontradas na luta de classes. Mas, ressalta Cohen, que esta não é a explicação fundamental da mudança social. Nosso autor compreende que o capitalismo se desenvolve quando e porque a burguesia prevalece contra classes dominantes pré-burguesas, e o socialismo começa a ser construído quando e porque o proletariado derrota a burguesia. A resposta de Marx ao sucesso da classe dominante repousa no caráter das forças produtivas, pois segundo Marx “as condições em que as forças produtivas definidas podem ser aplicadas são as condições da regra de uma classe determinada da sociedade.” (MARX 1846, 85 apud Cohen, 1987, 149). Compreende Cohen que “a classe que governa por um período, ou emerge triunfante após o conflito de época, é a classe mais adequada, mais capaz e disposta para presidir o desenvolvimento das forças produtivas no momento dado.” (COHEN, 1987,149). Para Cohen, a interpretação de Venable é clara o suficiente para explicar esta questão:

. . . se fosse necessário qualquer outra refutação da interpretação tecnológica do materialismo histórico, basta salientar que a liminar revolucionária marxista apela aos trabalhadores do mundo para dirigir as suas energias não contra o presente instrumentos de produção, mas contra as relações sociais em que estão atualmente abrangidos. A transição do capitalismo para o modo de produção socialista exige a preservação escrupulosa das técnicas capitalistas, o que vai ao mar é o conjunto de relações sociais em que os frutos desses instrumentos de produção são apropriados privadamente. A mudança não é realizada por adulteração com as técnicas, mas pela substituição de público para o presente a propriedade privada deles-a uma questão técnica e não social. (VENABLE, p 95 apud COHEN 1987, 149)

Assim, a classe trabalhadora é aquela que deve trazer a mudança social e não a que explica a mudança social. O que explica as mudanças são as condições do presente, caracterizada pelo esgotamento da “criatividade produtiva” da antiga ordem, combinada com a disponibilidade produtiva da ordem que irá se instalar. Desta maneira, ao invés da revolução se pautar em uma alteração das forças produtivas, ela consiste em uma transformação das relações sociais, que ocorre porque a expansão da capacidade produtiva da antiga ordem foi bloqueada e só a revolução que permitirá prosseguir adiante. “A função da mudança é destravar as forças produtivas. Com foco no desenvolvimento das forças produtivas, a história torna-se coerente.” (COHEN, 1987, 150).

Desde modo, Cohen conclui que as forças produtivas têm uma sistemática tendência ao desenvolvimento, visto que, historicamente, as sociedades raramente substituem uma força produtiva superior por uma inferior; no curso normal das coisas, boas forças produtivas não cedem lugar às más, por isso a regressão é rara e o progresso frequente, com a ressalva de que a tendência o progresso tem resultados mais ou menos dramáticos em diferentes épocas. Uma vez que determinada sociedade conquista meios de produção mais eficientes e avançados, o retorno à

tecnologia inferior é, de certo modo, implausível, ainda mais porque declinam as condições da existência da tecnologia passada. A deterioração nas forças produtivas na Europa que acompanhou o declínio do Império romano é um raro exemplo da regressão. Além disso, continua Cohen, é da natureza humana a tendência á melhoria de suas condições de existência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS.

É farta a lista de argumentos que Gerald A.Cohen apresenta para conformar sua Tese da Primazia das Forças Produtivas e sua Tese do Desenvolvimento. Segundo o autor, a explicação para o desenvolvimento da história é funcional, na qual as relações de produção são explicadas pelo desenvolvimento das forças produtivas que tendem ao desenvolvimento contínuo. Assim, a História é a história do desenvolvimento das forças produtivas, que explica as diferentes sociedades.

As relações de produção chegam a uma determinada etapa da história de uma sociedade incompatível com a evolução das forças produtivas. Quando isso ocorre, as relações de produção travancam o desenvolvimento capacidade produtiva, criando uma situação de conflito entre ambas. Este conflito é resolvido em favor das forças produtivas, que não tendem a retroceder e, por isso, as relações sociais precisam se modificar, Isto ocorre porque as relações sociais precisam corresponder às forças produtivas.

## BIBLIOGRAFIA

ALDRIGUI, D. M. Cohen , Elster e a “teoria da História” de Marx in **Anais do XX Encontro Nacional de Economia**, Campos do Jordão (SP) 1992.

COHEN G. A.- **Karl Marx's Theory of History: a defense**, Expanded Edition Princeton University Press, Princeton, New Jersey, 1978. Disponível em <http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/>

COHEN G. A.- Forças produtivas e relações de produção, **Crítica Marxista**, n.31, p. p.63-82, UNICAMP, Campinas 2010. Disponível em <http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/>

MARX, K.- **Para a crítica da economia Política; salário, preços e lucro; O rendimento e suas fontes**. São Paulo, Abril Cultural, 1982 (Os economistas)

MILLER, R.W.- Forças produtivas e forças de transformação: uma resenha de Karl Marx's Theory of History: a Defense, de G. A. Cohen. **Crítica Marxista**, n.31, p.83-109, UNICAMP, Campinas 2010. Disponível em <http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/>